

O mês de setembro foi um marco em nosso programa de reforma agrária: 15 mil famílias receberam um pedaço de terra para trabalhar. Com isso, tivemos mais uma conquista: alcançamos, até o momento, 35 mil assentamentos só neste ano.

No Estado do Amazonas, já ultrapassamos a meta prevista. Lá havíamos programado assentar 2.500 famílias. Fomos além: assentamos quase 3 mil.

A reforma agrária é uma das principais prioridades do meu Governo, e estamos demonstrando isso na prática. Vamos cumprir o compromisso de chegar a 31 de dezembro com 60 mil famílias com propriedade rural. E vamos conseguir isso porque o Governo tem bons parceiros no programa de reforma agrária – parceiros que são o Poder Judiciário, os governos estaduais e municipais, os proprietários rurais, os agricultores sem-terra e o Congresso Nacional.

Agora, em outubro, precisaremos, mais uma vez, dos nossos parceiros do Congresso, porque vamos enviar para lá um projeto sobre o novo Imposto Territorial Rural, o ITR. Isso significa que as propriedades que nada produzem vão pagar um ITR mais alto, e os donos dessas terras terão menos motivos para manter imensas áreas sem produzir.

Hoje, muitos latifundiários desvalorizam o preço de suas terras na hora de pagar o imposto. Mas, quando vão vender a terra, jogam o preço lá para cima. Isso vai acabar. O novo projeto determina que

o valor da terra declarada à Receita Federal será o mesmo quando a terra for desapropriada para reforma agrária.

Também vamos enviar ao Congresso um projeto que cria o Fundo Nacional de Reforma Agrária. Esse fundo vai ser abastecido com recursos do orçamento da União, com doações e contribuições nacionais e internacionais e com recursos do Incra. Isso quer dizer que, com mais recursos, poderemos acelerar ainda mais o ritmo da reforma agrária no País.

Todo esse processo de assentamento exige muitos recursos: para pagar a indenização da área desapropriada e dar o mínimo de condições para a família viver, até que possa tirar da terra o seu sustento. E isso o Governo faz. No momento do assentamento, cada família recebe 840 reais para comprar uma cesta básica e começar uma produção de subsistência. Em seguida, mais 2 mil reais para construir sua casa em regime de mutirão. Mais tarde, a família recebe 7.500 reais para plantar. E, a cada ano, mais mil reais.

Agora, se agricultores se reunirem em uma cooperativa, esse crédito anual sobe para 7.500 reais por família. Assim, estimulamos a criação de cooperativas, que facilitam a vida do produtor rural, que tem onde comprar sementes, adubos e onde comercializar a produção, além de contar com a força que as cooperativas têm.

Muita gente do Sul do País que começou num assentamento hoje produz o suficiente para competir no Mercosul. No Nordeste também existem muitos agricultores progredindo graças à reforma agrária.

A nossa expectativa é de que os brasileiros assentados em 1995 e os que estão recebendo terras neste ano melhorem suas condições de vida e ajudem o País a produzir mais alimentos.

No ano que vem, os assentamentos terão mais recursos para a saúde e a educação. O Ministro Raul Jungmann vai trabalhar com os Ministros da Saúde e da Educação. Eles vão construir escolas e postos de saúde nos assentamentos e treinar equipes de agentes de saúde.

E o Governo vai continuar fazendo a sua parte. O Ministério da Reforma Agrária firmou um convênio com as universidades, e, até

dezembro, teremos uma radiografia completa da reforma agrária. Estudantes de todo o País já estão trabalhando nesse censo. Ele vai servir de base para todas as ações do Governo.

Como você vê, a reforma agrária não é só uma prioridade do Governo, ela já é uma realidade.